

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROJETO PEDAGÓGICO
USO E INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIA E MÍDIAS DIGITAIS NA ESCOLA

BIANCA RIBEIRO DA SILVA

Formação Antirracista no Curso de Pedagogia/UFPR: A Irrupção da Educação
Escolar Quilombola do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos

CURITIBA

2024

BIANCA RIBEIRO DA SILVA

Formação Antirracista no Curso de Pedagogia/UFPR: A Irrupção da Educação
Escolar Quilombola do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos

Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de
Pedagogia. Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Carolina dos Anjos Borba

CURITIBA

2024

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a irrupção da Educação Escolar Quilombola enquanto prática antirracista nos processos formativos do Curso de Pedagogia na UFPR. A pesquisa dialoga com quatro estudos desenvolvidos no Colégio Quilombola Diogo Ramos, localizado no quilombo João Surá, estado do Paraná. Foram utilizados como instrumentos da pesquisa a observação participante, o diário de campo, entrevistas com duas egressas do curso de pedagogia e revisão bibliográfica. O trabalho reflete sobre a incorporação de práticas antirracistas no currículo do curso e a experiência da presente autora nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Joana de Andrade.

Palavras-chave: Educação, Pedagogia, Quilombola

ABSTRACT

This study aims to analyze the emergence of Quilombola School Education as an antiracist practice in the formative processes of the Pedagogy course at UFPR. The research engages with four studies conducted at the Diogo Ramos Quilombola School, located in the João Surá Quilombo, in the state of Paraná. Data collection instruments included participant observation, field diaries, interviews with two graduates of the Pedagogy course, and a literature review. The work reflects on the incorporation of antiracist practices into the course curriculum and the author's personal experience in research conducted by the Joana de Andrade Group.

Keywords: Education, Pedagogy, Quilombola

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Educação Escolar Quilombola

2.1 Iniciação Científica no grupo de pesquisa Joana de Andrade

2.2. Oficinas e Práticas pedagógicas

3. Educação Quilombola e Resistência: Territorialidade, Saberes Ancestrais e Lutas Decoloniais

3.1. "Infâncias Quilombolas Construindo e Reterritorializando o Território Político e Educativo - Quilombo João Surá", de Carla Fernanda Galvão Pereira

3.2 "Escolas para Quilombolas: Identidade e Territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula" de Fabiane Moreira da Silva

3.3 "Escola Quilombola e Escola do Campo: A Luta por uma Educação Decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", de Benedito Florindo de Freitas Júnior

3.4 "A Luta das Mulheres Quilombolas no Vale do Ribeira e os Processos Educacionais em seus Territórios", de Sanciaray Yarha Silva da Rosa

3.5 Reflexões compartilhadas

4. Entrevista com as pesquisadoras

4.1 Entrevista com Sanciaray Yarha Silva da Rosa

4.2 Entrevista com Fabiane Moreira da Silva

4.3 Encontros nos discursos

5. Considerações Finais

6. Referências

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso, abordaremos a presença da Educação Escolar Quilombola na formação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a ausência de uma perspectiva antirracista no currículo desse curso. Além disso, examinaremos uma experiência pedagógica e de pesquisa realizada em uma escola quilombola do estado do Paraná, analisando quatro dissertações sobre o tema: duas de pedagogas formadas pela UFPR, que conduziram práticas pedagógicas no Colégio Diogo Ramos, e duas de professores quilombolas que são tanto docentes desse colégio quanto moradores da comunidade quilombola João Surá, onde a escola está situada. Para enriquecer nossa análise, planejamos entrevistar as pedagogas formadas na UFPR que são autoras das dissertações.

Minha conexão com este tema surge da sensação de invisibilidade que experimentei na universidade, refletida nas ementas e metodologias pedagógicas apresentadas ao longo do curso. Muitas vezes, fui a única em uma turma de mais de 30 alunos a discutir uma pedagogia antirracista durante os cinco anos de formação no curso de Pedagogia da UFPR. Embora a academia frequentemente não tenha refletido essa perspectiva, tive a oportunidade de observar uma prática antirracista na educação escolar quilombola presente no Colégio Diogo Ramos. Essa prática desafia os padrões coloniais e oferece uma base emancipatória para seus estudantes, formando gerações de quilombolas comprometidos com a continuidade da tradição e da herança de uma comunidade originária da resistência africana no Brasil.

O tema central desta pesquisa está na integração da Educação Escolar Quilombola na formação pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além de abordar a falta de uma perspectiva antirracista no currículo, a pesquisa explora práticas pedagógicas e antirracistas em uma escola quilombola no Paraná, analisando a contribuição de dissertações de pedagogas e professores quilombolas da região.

O problema investigado na pesquisa é a ausência de abordagens antirracistas e da Educação Escolar Quilombola no currículo do curso de Pedagogia da UFPR. Essa lacuna no currículo reflete uma desconsideração sistemática das necessidades e histórias de comunidades afrodescendentes, perpetuando uma visão de educação que negligencia a diversidade e a riqueza cultural desses grupos.

O objetivo geral deste estudo é analisar como a Educação Escolar Quilombola pode ser integrada ao currículo de Pedagogia da UFPR, promovendo uma formação mais inclusiva e antirracista. Como objetivo específico, a pesquisa busca explorar as experiências de pedagogas formadas pela UFPR que aplicaram práticas pedagógicas antirracistas em uma escola quilombola, contribuindo para a formação de futuros educadores conscientes das questões raciais.

A metodologia de pesquisa utilizada inclui a observação participante e entrevistas. A observação foi realizada em uma escola quilombola, permitindo um entendimento direto das práticas pedagógicas antirracistas em ação. Além disso, foram conduzidas entrevistas com pedagogas formadas pela UFPR que participaram das práticas pedagógicas na escola quilombola, oferecendo insights profundos sobre as experiências e desafios enfrentados.

A revisão bibliográfica, como veremos nos capítulos a seguir, abrangeu teóricos que discutem racismo, colonialidade e educação antirracista. Destacam-se autores como Nilma Lino Gomes, que propõe uma pedagogia emancipatória e antirracista como meio de superar as desigualdades raciais e descolonizar o conhecimento e os currículos escolares. A pesquisa também se apoia em estudos sobre a Educação Escolar Quilombola e sua relevância para a formação de uma sociedade justa e equitativa.

No primeiro capítulo, detalharemos o contexto em que se desenvolve essa vivência de prática pedagógica antirracista, apresentando a comunidade quilombola João Surá e o Colégio Diogo Ramos. Expor-nos-á também o conceito de educação antirracista e educação escolar quilombola, além de discutir a presença dessas abordagens no currículo do curso de Pedagogia da UFPR. Serão abordadas ainda as experiências no grupo de pesquisa Joana de Andrade, especialmente as oficinas realizadas com os estudantes do Colégio Diogo Ramos.

No segundo capítulo, analisaremos as duas dissertações de pedagogas formadas pela UFPR, que participaram das práticas pedagógicas no Colégio Diogo Ramos, ministrando oficinas para os alunos, e outras duas dissertações de professores quilombolas, que são moradores da comunidade João Surá e docentes da mesma escola. Por fim, no terceiro capítulo, realizaremos entrevistas com Sanciaray Yarha Silva da Rosa e Fabiane Moreira da Silva, autoras das dissertações analisadas, que são pedagogas formadas pela UFPR e que participaram da aplicação das oficinas no Colégio Diogo Ramos. Estas entrevistas proporcionarão insights

valiosos sobre suas experiências e reflexões sobre a educação quilombola e antirracista.

2. Educação Escolar Quilombola

A cultura e os padrões da sociedade são construídos com bases racistas e de desigualdades. As instituições, a mídia, a memória social, o gosto, tudo que conhecemos têm reflexo da colonialidade e da hierarquia racial que foi introduzida no Brasil com a invasão portuguesa. A educação não é diferente, ela tem influências racistas em todas suas particularidades, alguns exemplos são: no dia a dia da sala de aula, no tratamento entre aluno - professor e professor - aluno, em como a história indígena e negra é abordada e principalmente na romantização do período de escravidão que gerou um senso comum em gerações de pessoas que minimizam os impactos racistas desse período. A exemplo Casa grande e senzala que contribuiu para moldar muito do pensamento social brasileiro com seu tom apático frente atrocidades que aconteciam naquele contexto de exploração.

A colonialidade impôs hierarquias raciais que reservam privilégios a uns e opressões a outros e o epistemicídio do conhecimento negro contribui para perpetuação dessa lógica ao silenciar, marginalizar e roubar a propriedade intelectual, grandes contribuições e tradições importantes para a população negra. O epistemicídio segundo o autor Diego dos Santos Reis (2022) é como uma

Face complementar do genocídio colonial/racial, volta-se à destruição das formas de conhecimento locais, em nome da imposição de uma racionalidade exclusiva e excludente, atrelada ao processo de eurocentração da modernidade/colonialidade.

Além disso, a colonialidade “demarca também os modos de produção e disseminação de conhecimentos considerados verdadeiros e válidos, culturalmente valorizados.” (REIS, 2022). Na Academia existe uma naturalização do racismo e das desigualdades raciais, existe também o epistemicídio. Falaremos como essa ferramenta de opressão se reflete no curso de Pedagogia da UFPR, mas antes precisamos apresentar um conceito importante. A educação antirracista que surge para romper com essas raízes racistas e coloniais que atingem diariamente as escolas, com uma prática pedagógica herdada dos jesuítas que trouxeram as primeiras salas de aulas como um dos objetivos colonizar os povos indígenas e exterminar suas tradições.

A negação de que a colonialidade construiu esses fenômenos que ainda estão presentes nos dias de hoje reforça preconceitos e impossibilita o avanço da pedagogia

emancipatória, antirracista e descolonizada que a intelectual Nilma Lino Gomes (2021) propõe, como possibilidade de esperar, a autora diz:

Professoras e os professores que desejem sair do lugar do imobilismo frente à questão racial, desnaturalizando as desigualdades raciais, descolonizando as mentes, o conhecimento e os currículos, e construir-se como sujeitos que se indignam perante as práticas discriminatórias devem mover-se para sair da inércia racial. Deverão, portanto, partir para a ação concreta, construindo práticas pedagógicas, acadêmicas e epistemológicas emancipatórias e antirracistas.

Existe uma prática pedagógica, acadêmica e epistemológica que está sendo emancipatória e antirracista, a educação escolar quilombola. A partir de um currículo que foge de concepções colonizadas e abre espaço para a influência da cosmovisão tradicional quilombola, essa prática pedagógica possibilita que uma história de resistência e luta afro-brasileira se mantenha viva mesmo com inúmeras disputas. Em um território de luta é essencial que as novas gerações se fortaleçam, essa perspectiva é colocada em prática todos os dias dentro das escolas quilombolas, uma possibilidade que transcende o pensamento colonial e ultrapassa a concepção da educação tradicional racista e opressora.

Educação antirracista surge da necessidade de ensinar para as crianças padrões e atitudes que não sejam baseados em hierarquias raciais e desigualdade, é também a necessidade de ensinar para as crianças racializadas o caminho da autoestima, da emancipação e da autonomia para as crianças quilombolas é promover uma formação que dê suporte para a luta de resistência cotidiana dessa comunidade. Quando falamos de educação antirracista estamos falando sobre mudanças efetivas e rompimento das hierarquias raciais, essas práticas que realmente desafiam o status quo e exigem a saída da inércia racial e social em busca de uma sociedade efetivamente justa e democrática.

Ao longo dos 5 anos de duração do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná a educação escolar quilombola não foi identificada em nenhuma das 48 disciplinas obrigatórias (2610 horas) e cerca de 6 disciplinas optativas (210 horas) como uma prática possível de pedagogia. A última atualização do currículo desse curso foi em 2019 e é esse currículo que trazemos aqui.

Essa análise é feita a partir de uma experiência, a minha, mas reconheço que existem movimentos de luta e resistência que nos trazem até aqui. Foi incluído no currículo como disciplina obrigatória Educação e Relações Raciais onde os discentes

do curso tem a obrigatoriedade de falar sobre educação antirracista. Essa disciplina é uma vitória e um avanço significativo, mas não podemos deixar de exigir que esse tema seja abordado de forma interdisciplinar e perene ao longo dos 5 anos de graduação.

O apagamento e silenciamento de intelectuais negros e negras acontece em diversas áreas da sociedade, na Ciência, de forma intencional grandes contribuições e seus autores, como Guerreiro Ramos foram invisibilizados “A analítica paulista infligiu a Guerreiro Ramos uma espécie de ostracismo intelectual.” (Lourengo Cardoso, 2022). O autor citado em seus estudos resgata as contribuições de Guerreiro Ramos e discute o silêncio mantido sobre ele e suas obras pela elite intelectual da época.

A branquitude quer se manter nas posições de poder dentro da academia e está em constante tensão com os intelectuais que não fazem parte do seu grupo racial. Utilizando de ferramentas que buscam controlar a construção e validação de conhecimento, assim como a definição das narrativas, “a intelectualidade branca realiza um pacto narcísico para defesa dos seus mercados, para não dividirem seus ganhos materiais e simbólicos.” (CARDOSO, 2022), propaga as suas perspectivas e invisibiliza outras que são produzidas por pessoas negras com medo de perder seu lugar de privilégio e poder. Cida Bento em seu livro O Pacto da Branquitude vai falar de como essa branquitude vai criar heranças passadas de geração a geração a fim de manter essa posição de poder, são códigos, símbolos e escolhas.

Podemos ver um reflexo disso na presença hegemônica de intelectuais brancos e brancas nas ementas das disciplinas obrigatórias da do curso de Pedagogia na UFPR e na falta de intelectuais negras e negros nas mesmas ementas. Até nos cursos com mais existência de diversidade entre seus discentes e docentes como a Pedagogia a epistemologia mais propagada e difundida continua sendo do mesmo grupo social que detém as narrativas desde o processo de colonização. Nilma Lino Gomes nos diz que “Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior”. No contexto estudado aqui não é diferente. O pacto narcísico da branquitude é esse movimento que o branco faz para manter sua vantagem racial (CARDOSO, 2022). Apenas considerar os seus iguais em ambientes de difusão científica como a ementas das disciplinas é um pacto narcísico, segundo o autor citado. Aqui proponho a seguinte reflexão: há então um pacto narcísico da

branquitude nas ementas das disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Paraná? Minha experiência como aluna desse curso diz que sim, mas vamos nos aprofundar e trazer dados para a discussão.

No novo currículo que iniciou em 2019 foi incluída no quadro das disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia a disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais, um ganho importante para o avanço da educação anti-racista e reconhecimento da contribuição negra para a ciência pois a ementa é composta majoritariamente por intelectuais negros e negras. Uma tentativa de descolonizar o currículo extremamente importante que pode ter um impacto positivo na formação de professores e professoras, mas que sozinha acaba tendo pouca força.

Essa disciplina acontece em um semestre e durante todos os outros períodos os e as estudantes de Pedagogia se deparam com disciplinas de diversas áreas do conhecimento como a Ciência, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Geografia, Matemática, História, Artes, entre outras, de todas elas em quais estão presentes epistemologias que não a branca? Ouvir o intelectual negro e negra pra falar de racismo e não pra falar de Arte, Psicologia e todas as demais áreas citadas é o que se não o próprio pacto narcísico de quem não aceita perder seu posto como detentor do conhecimento? É como se essas vozes não pudessem entrar nas demais áreas de conhecimento e tivessem propriedade para falar apenas de si mesmo e de racismo.

Se a Universidade não problematizar as invisibilidades e hierarquias que são disseminadas, o epistemicídio continuará sendo reiterado, é preciso interrogar as reproduções e os modelos de saber e poder que são fortalecidos e consolidados para romper com as lógicas excludentes e racistas. Quais sujeitos e quais agendas são invisibilizadas na escolha das ementas? Como elas são organizadas? São perguntas que precisam ser feitas para chegar em uma prática docente que não corrobora com pactos excludentes.

2.1 Iniciação Científica no grupo de pesquisa Joana de Andrade

O Grupo de pesquisa Joana de Andrade, orientado pela professora Carolina dos Anjos Borba e composto por estudantes da graduação do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná participou do projeto que conduziu os professores do Colégio Diogo Ramos em uma preparação para entrar no mestrado de educação da UFPR. Ao longo de alguns encontros que duraram 2 dias, na comunidade quilombola João Surá a professora Carolina juntamente com outras professoras do setor de educação da UFPR ministravam aulas preparatórias para as etapas do processo seletivo do mestrado. Enquanto os professores do colégio estavam em sala de aula e pensavam sobre temas de dissertações, entre outras atividades, as estudantes da graduação e integrantes do grupo Joana de Andrade ministravam oficinas com os alunos e alunas da escola.

O Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, fica no Quilombo de João Surá, localizado no Vale do Ribeira na cidade de Adrianópolis, Paraná, Brasil. Cortado por um rio, o Rio Ribeira, essa comunidade quilombola é casa de uma das duas escolas quilombolas do estado e recebe o nome do primeiro professor dessa comunidade, Diogo Ramos, que abriu portas para as gerações que virão.

A comunidade Quilombola João Surá faz parte de um movimento de resistência que existe no Brasil há 500 anos, quilombo é um território de luta que enfrenta batalhas cotidianas e sistêmicas que perpassam gerações para continuar preservando seu território, sua existência, seu conhecimento e sua história. A importância da presença daquela escola no formato que ela tem de Educação Escolar Quilombola me mostrou que com ela essa luta se fortalece, a escola quilombola projeta um futuro em que as gerações que ali estudam continuam perpetuando a identidade daquele lugar, pois cresce o valorizando, reconhecendo e se cada vez mais se preparando para as batalhas que muitas vezes necessitam de organização política, social e até jurídica.

A educação escolar quilombola é subversiva e utiliza antes de tudo o que é importante para a comunidade e a continuidade da sua tradição, ela adapta as práticas pedagógicas à cultura, história e identidade do quilombo e rompe assim com o método de ensino que conhecemos como educação tradicional que se dispõe apenas da cultura hegemônica em busca de garantir o controle social. São métodos como a educação quilombola que possibilitam práticas antirracistas, vivenciar isso no Diogo Ramos me trouxe uma percepção de uma educação verdadeiramente transgressora.

Durante a minha formação em Pedagogia o maior diferencial foi essa experiência, um divisor de águas que me ensinou mais do que qualquer disciplina. Foi ali que vi sentido no que era discutido em sala de aula pois sempre vemos problematizações, sempre discutimos o porquê da escola ser um ambiente opressor e desigual, mas ali eu pude ver uma solução e vivenciar um presente quase utópico que muitos não sabem que existe. É uma possibilidade de educação que subverte as lógicas e respeita o saber ancestral, que é decolonial, que é preto e é resistência, orgulho e valorização.

Na comunidade a relação e o respeito aos mais velhos me ensinou que nada sou sem reverenciar quem abriu meus caminhos, nada sou sozinha, sou o que nós somos. O conhecimento que eu tenho nasceu nos meus antepassados, a vida que eu levo foram eles que criaram. No fechamento do projeto em uma das salas do Colégio foi no olhar de cada um dos mais velhos sentados em uma grande mesa que eu amadureci 100 anos apenas ouvindo e observando. O que sei da vida aprendi em momentos como esse tentando absorver um pouco da sabedoria acumulada em quem tem caminhos traçados pelo tempo marcados na pele. A educação escolar quilombola respeita essa relação, respeita essa forma de enxergar quem chegou antes e isso é antirracista é manter uma tradição afro que cultua a ancestralidade.

A educação escolar quilombola também tem uma relação única com a natureza e com o território, o currículo da escola é alterado a partir da incorporação dos saberes tradicionais. Então as práticas pedagógicas são pensadas a partir de valores importantes para a comunidade, como o respeito e a preservação da mata e do meio ambiente. Assim como o uso da terra para sustento e não exploração e como fonte de medicina, de cura, de nutrição. A relação dessas crianças com a natureza é totalmente diferente da relação das crianças que têm uma educação tradicional que sempre separa a pessoa da natureza, como se não fôssemos parte dela também. Essa experiência com a educação escolar quilombola me mostrou que podemos transcender essa ideia colonizada e ensinar pro futuro que não precisamos reproduzir a lógica da exploração para sempre.

2.2. Oficinas e Práticas pedagógicas

É importante para as crianças racializadas que seja trabalhado questões como a autoestima na escola, por muitos anos a escola urbana e a rural com ensino tradicional é um espaço que reproduz muita discriminação racial e inferioriza os estudantes racializados de diversas maneiras. O racismo é institucionalizado e autoestima da população negra enquanto coletivo é impactada com estigmas e estereótipos gerando a internalização de aspectos negativos sobre si mesmo e a negação da sua identidade cultural. Quando falamos então que a autoestima dessa população precisa ser fortalecida estamos falando de aspectos culturais, religiosos e intelectuais que constroem uma visão de si e de coletivo que fazem toda a diferença para a emancipação de uma população explorada por séculos que luta para reverter esse contexto.

As oficinas ministradas no Colégio Diogo Ramos buscaram trabalhar a autoestima, a criatividade e a valorização dos conhecimentos tradicionais daquela comunidade. A oficina de turbantes resgatou a ancestralidade preta através de um símbolo que também é estético, mas não só, é religioso, é ancestral, é afrobrasileiro. Em algumas horas dentro da sala de aula as crianças da comunidade João Surá que estudam no colégio Diogo Ramos foram apresentadas a essa figura tradicional e também aprenderam a fazer diferentes tipos de amarrações.

Com tecidos coloridos e estampas que relembavam a cultura afro-brasileira ensinamos amarrações diferentes e ao final da oficina tanto as professoras quanto os estudantes estavam usando turbantes. Os olhares atentos a toda aquela diversidade de cores e tamanhos mudou até a postura de quem estava presente, era nítido a força ancestral naquele ambiente de troca e aprendizado.

A oficina de fotografia incentivou que os estudantes estimulassem a criatividade e ainda percorressem o território do colégio enxergando esse espaço como possibilidade de criação artística. Durante os encontros fotos do colégio foram tiradas pelos estudantes que no final puderam expor essas fotografias para todos os moradores da comunidade no encerramento das atividades do Grupo Joana de Andrade. Foi organizado uma exposição no pátio da escola com as fotos dos estudantes que mostraram orgulhosos suas obras para familiares e amigos. É importante colocar crianças racializadas em espaços de validação de suas criações, espaços outros, espaços novos, que mostram outras possibilidades.

A terceira oficina foi um debate sobre representatividade negra na mídia, em uma roda de conversa com jovens e adolescentes da comunidade houve um momento inicial com apresentação expositiva das problemáticas que envolvem a representação da população negra tanto em publicidade quanto em filmes e séries. Essa população é historicamente retratada de forma pejorativa e estigmatizada, o que internaliza nos indivíduos uma visão de si mesmo inferiorizada. É contra isso que a educação antirracista luta e por isso.

Participar dessas oficinas me trouxe uma prática de educação que ainda não tinha vivenciado, uma prática disruptiva que leva em consideração a história por trás da população negra ao pensar nas atividades e discussões, que busca ir além da prática tradicional que reproduz lógicas racistas, não questiona nem rompe com a ideia de inferiorização da história, conhecimento e características afrobrasileiras.

3. Educação Quilombola e Resistência: Territorialidade, Saberes Ancestrais Lutas Decoloniais

As dissertações de Carla Galvão (2024), Fabiane Moreira (2020), Benedito Florindo (2021) e Sanciaray Yarha (2022) abordam temas fundamentais relacionados à educação e à territorialidade das comunidades quilombolas no Brasil, destacando a importância da resistência cultural e da valorização da identidade afro-brasileira nesses contextos. Esses trabalhos contribuem de forma significativa para o entendimento das lutas e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, especialmente no que se refere à educação e à preservação de suas tradições, ao mesmo tempo em que propõem reflexões críticas sobre o papel das políticas públicas voltadas para essas populações.

Carla Galvão (2024), em sua dissertação “Infâncias Quilombolas Construindo e Reterritorializando o Território Político e Educativo - Quilombo João Surá”, foca nas vivências das crianças quilombolas e na maneira como elas constroem suas identidades e territorialidades em um ambiente de resistência política e cultural. Através de uma abordagem qualitativa, Galvão explora como as crianças participam ativamente da preservação do território quilombola, enquanto lidam com as adversidades impostas pelo racismo e pela luta pelo reconhecimento de seus direitos. A autora destaca a centralidade dos valores afro-brasileiros na formação das identidades dessas crianças e defende a importância de políticas públicas que reconheçam essas especificidades.

Fabiane Moreira (2020), em seu trabalho “Escolas para Quilombolas: Identidade e Territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula”, analisa a importância da educação escolar quilombola para o fortalecimento da identidade e territorialidade dessas comunidades. Ela argumenta que as escolas quilombolas devem ser espaços de resistência e promoção de uma educação antirracista e libertadora. A partir de estudos de caso, Moreira investiga as práticas pedagógicas implementadas nessas escolas e discute os desafios enfrentados para que o currículo reflita as realidades e necessidades das comunidades quilombolas.

A dissertação de Benedito Florindo (2021), “Escola Quilombola e Escola do Campo: A Luta por uma Educação Decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula”, complementa as

discussões de Moreira ao trazer uma perspectiva decolonial sobre a educação quilombola e do campo. Florindo destaca que a luta pela educação nessas comunidades ultrapassa a simples inserção no sistema formal de ensino, sendo uma forma de reafirmação da identidade cultural e resistência à marginalização histórica. Ele aponta a necessidade de um currículo escolar que integre os saberes tradicionais e a história de luta das comunidades quilombolas, promovendo uma educação que valorize a diversidade e contribua para a transformação social.

Já Sanciaray Yarha (2022), em “A Luta das Mulheres Quilombolas no Vale do Ribeira e os Processos Educacionais em seus Territórios”, aborda a resistência das mulheres quilombolas e sua relação com a educação nas comunidades. A pesquisa ressalta a luta das mulheres como um elemento central nos processos educativos que vão além da escola formal, sendo transmitidos através de práticas cotidianas e coletivas. Yarha destaca a importância do feminismo comunitário, que articula a luta contra o patriarcado com a defesa do território e da cultura quilombola, e propõe uma reflexão sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe como elementos fundamentais para entender as opressões enfrentadas pelas mulheres quilombolas.

Esses quatro trabalhos compartilham a perspectiva de que a educação quilombola é um espaço de resistência e luta pela preservação da cultura e da identidade dessas comunidades, além de um campo de disputa política para garantir o direito à terra e a inclusão social. As pesquisas de Carla Galvão (2024), Fabiane Moreira (2020), Benedito Florindo (2021) e Sanciaray Yarha (2022) revelam a complexidade dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil e enfatiza a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades culturais e históricas dessas populações. A luta por uma educação inclusiva, que reflita as realidades locais e promova a valorização da identidade afro-brasileira, é um tema central em todas as dissertações, mostrando a interseção entre educação, territorialidade e resistência quilombola.

Conforme veremos a seguir, essas dissertações oferecem contribuições importantes para o campo da educação e dos estudos quilombolas, ao proporem uma educação que não apenas promova o conhecimento formal, mas que também valorize os saberes ancestrais e as lutas históricas das comunidades quilombolas no Brasil. Ao explorarem as dimensões educativas e territoriais dessas comunidades, esses trabalhos reforçam a importância de uma educação que contribua para a emancipação e o fortalecimento das identidades quilombolas.

3.1. "Infâncias Quilombolas Construindo e Reterritorializando o Território Político e Educativo - Quilombo João Surá", de Carla Fernanda Galvão Pereira

A dissertação "Infâncias Quilombolas Construindo e Reterritorializando o Território Político e Educativo - Quilombo João Surá", de Carla Fernanda Galvão Pereira, desenvolvida no contexto do Quilombo de João Surá, destaca as práticas e vivências das crianças quilombolas em um cenário de resistência territorial e política. A pesquisa se apoia em métodos qualitativos e busca compreender como as crianças de João Surá constroem suas territorialidades e processos educativos dentro do território quilombola, em diálogo com a comunidade, anciãos e lideranças. O foco principal está nas questões ligadas à identidade, ancestralidade, educação e à luta pela terra, sempre tendo como pano de fundo o racismo e as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas na luta por reconhecimento e melhores condições de vida (PEREIRA, 2024).

Desde o início, a autora define o conceito de "reterritorialização" como central na análise do cotidiano das crianças quilombolas. As crianças de João Surá, desde muito jovens, estão imersas em um ambiente de resistência, onde a luta pelo território está diretamente relacionada à manutenção da cultura e dos valores afrodescendentes. Essa noção de reterritorialização refere-se ao processo de recriação contínua do espaço quilombola, onde as crianças, através de suas vivências, práticas e interações, constroem e dão novos significados ao território que habitam. Isso envolve tanto a preservação das tradições quilombolas quanto a adaptação às novas realidades enfrentadas pela comunidade (PEREIRA, 2024).

A importância dos valores civilizatórios afro-brasileiros e quilombolas, como a oralidade, religiosidade, corporeidade e ancestralidade, também é um tema central no estudo. Esses valores são transmitidos desde cedo às crianças quilombolas e desempenham um papel vital na formação de sua identidade. A circularidade, um valor quilombola que se refere à prática de compartilhamento e à construção coletiva do saber, é particularmente importante. Essa prática coletiva é manifestada nas festas religiosas, nas brincadeiras e nos processos de socialização das crianças, demonstrando que a infância quilombola é profundamente marcada por uma vivência comunitária e ancestral (PEREIRA, 2024).

A educação escolar quilombola é outro foco importante do estudo. A autora discute os avanços trazidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Escolar Quilombola, estabelecidas em 2012, que visam adaptar o currículo escolar à realidade cultural e social das comunidades quilombolas. No entanto, a implementação dessas diretrizes enfrenta muitos obstáculos, principalmente no que diz respeito ao diálogo com as autoridades governamentais locais e à resistência em incorporar a cultura afro-brasileira no currículo escolar. As famílias quilombolas de João Surá expressam sua preocupação com a educação infantil e a ausência de uma abordagem pedagógica que valorize a cultura e as tradições quilombolas (PEREIRA, 2024).

Um dos temas centrais da pesquisa é a invisibilidade das crianças quilombolas nas políticas públicas. Embora existam legislações que garantam o direito à infância e à educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal de 1988, as crianças quilombolas ainda enfrentam desafios em termos de acesso a esses direitos. A autora argumenta que a ausência de políticas específicas para essas crianças afeta seu desenvolvimento e dificulta o cumprimento de seus direitos fundamentais. Ela defende a necessidade de um olhar mais atento do Estado e de organizações sociais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento pleno dessas crianças (PEREIRA, 2024).

A pesquisa inclui uma abordagem metodológica inovadora de consulta às crianças e às famílias, através da Convenção 169 da OIT, que estabelece a consulta livre, prévia e informada com povos e comunidades tradicionais. Essa metodologia permitiu que as crianças participassem ativamente do processo de pesquisa, expressando suas opiniões e desejos em relação ao território. Através do automapeamento, as crianças de João Surá desenharam suas percepções sobre o território, destacando suas casas, locais de brincadeira e a relação com outros quilombos. Esses desenhos revelam como as crianças percebem o espaço e constroem uma relação simbólica e afetiva com o território quilombola.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a análise das práticas culturais e educativas vivenciadas pelas crianças no quilombo. As brincadeiras, como a construção de armadilhas e a prática de jogos tradicionais, são uma parte fundamental do processo educativo no quilombo. Essas atividades não só desenvolvem habilidades motoras e cognitivas, mas também são formas de transmitir saberes ancestrais de geração em geração. As festas religiosas, como a Romaria de São Gonçalo e a Recomendação das Almas, são momentos em que a religiosidade e a espiritualidade quilombola são

passadas às crianças, reforçando os laços comunitários e a conexão com a ancestralidade (PEREIRA, 2024).

A luta territorial é um tema recorrente na pesquisa, especialmente porque o Quilombo João Surá, como outras comunidades quilombolas no Brasil, enfrenta um contexto de racismo estrutural e ambiental. A autora menciona que as famílias de João Surá lutam há décadas pela titulação de suas terras e que as crianças crescem em um ambiente de constante resistência contra a expropriação. O conceito de "necropolítica", desenvolvido por Achille Mbembe, é utilizado para explicar como o Estado e as elites econômicas perpetuam a marginalização das comunidades quilombolas, negando-lhes o direito à terra e às políticas públicas necessárias para sua subsistência (PEREIRA, 2024).

A pesquisa também destaca o impacto do racismo ambiental sobre a comunidade de João Surá. A autora menciona que a exploração de minérios na região e a plantação de monoculturas, como o pinus e o eucalipto, têm contribuído para a degradação ambiental e o empobrecimento da comunidade. Essa exploração predatória dos recursos naturais afeta diretamente a vida das crianças quilombolas, que dependem do território para a sua subsistência e para a manutenção de suas práticas culturais e espirituais. Assim, a luta pela preservação do território é também uma luta pela preservação da infância quilombola (PEREIRA, 2024).

Em termos conclusivos, a autora destaca que a infância quilombola é um espaço de resistência e criação, onde as crianças, apesar dos desafios, desempenham um papel central na perpetuação da cultura e na luta pela terra. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas que reconheçam as especificidades da infância quilombola e que garantam o acesso a uma educação que valorize a cultura e a identidade afro-brasileira. Para as crianças de João Surá, viver e brincar no território quilombola é uma forma de resistência, e é por meio dessas práticas que elas continuam a construir suas identidades e fortalecer a comunidade (PEREIRA, 2024).

3.2 "Escolas para Quilombolas: Identidade e Territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula" de Fabiane Moreira da Silva

A dissertação de Fabiane Moreira da Silva, intitulada "Escolas para Quilombolas: Identidade e Territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", aborda a importância da educação escolar quilombola como um instrumento fundamental para o fortalecimento da identidade negra e a luta pela territorialidade das comunidades quilombolas. Este trabalho busca entender como as escolas podem contribuir para a valorização da cultura quilombola, além de investigar as práticas pedagógicas e curriculares utilizadas nas instituições que atendem a essas comunidades. A autora desenvolve sua análise a partir de dois estudos de caso: o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, situado na comunidade João Surá, em Adrianópolis (PR), e a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula, que atende alunos quilombolas da comunidade de Palmital dos Pretos, em Campo Largo (PR) (SILVA, 2020).

Em seu primeiro capítulo, a autora introduz sua trajetória pessoal como mulher negra e periférica, destacando a importância de uma educação libertadora e antirracista. Ela reflete sobre a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe, e como essas questões moldaram sua perspectiva em relação à educação. Fabiane enfatiza a necessidade de uma educação que valorize a diversidade e combata as desigualdades sociais, propondo que as escolas quilombolas sejam espaços de resistência e de fortalecimento da identidade quilombola, especialmente em um contexto de marginalização histórica (SILVA, 2020).

O segundo capítulo explora o movimento quilombola e sua luta histórica pela posse de terras e pelo reconhecimento de suas territorialidades. A autora discute como a identidade quilombola está profundamente vinculada ao território, compreendido não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de memória, cultura e cosmovisão própria. Ela argumenta que a educação escolar quilombola deve refletir essas particularidades, respeitando as tradições e formas de conhecimento dessas comunidades (SILVA, 2020).

No terceiro capítulo, Fabiane se concentra no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, destacando sua relevância como um espaço de luta e resistência. A escola, localizada em uma área com alta concentração de comunidades quilombolas,

tem desempenhado um papel fundamental na preservação da identidade quilombola, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à infraestrutura precária e à formação adequada dos professores. A autora também discute o projeto Sankofa, que busca ultrapassar as barreiras da sala de aula e conectar os alunos com suas raízes culturais e históricas (SILVA, 2020).

O quarto capítulo aborda a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula e os desafios enfrentados pelos quilombolas de Palmital dos Pretos. A autora analisa a falta de políticas públicas voltadas para essas comunidades e a dificuldade de acesso à educação de qualidade. Ela destaca como a escola, apesar das limitações, tem tentado promover práticas educativas alinhadas com a realidade quilombola, embora ainda enfrente barreiras significativas para a inclusão e valorização da cultura negra no currículo (SILVA, 2020).

No quinto capítulo, Fabiane discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, ressaltando que, apesar de constituírem um avanço, sua implementação efetiva depende de uma articulação entre as escolas, as comunidades e o Estado. Ela aponta que as práticas pedagógicas nas escolas quilombolas ainda estão longe de atender plenamente às necessidades dos alunos, uma vez que, muitas vezes, o currículo escolar não reflete a realidade e os saberes quilombolas. A autora defende uma reorganização curricular que integre os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas às disciplinas escolares, garantindo assim uma educação mais inclusiva e representativa (SILVA, 2020).

No sexto capítulo, a autora destaca a importância das associações quilombolas na organização e mobilização em prol da educação e da luta pelo território. Ela explica que essas associações desempenham um papel crucial na articulação das demandas das comunidades junto ao Estado e na garantia de que a educação escolar quilombola seja respeitada e implementada de acordo com as especificidades locais. Fabiane também ressalta o papel das lideranças quilombolas na defesa de seus territórios e na promoção de políticas públicas que atendam às necessidades dessas populações (SILVA, 2020).

O sétimo capítulo reflete sobre as pedagogias insubmissas e decoloniais, que rejeitam a lógica eurocêntrica da educação tradicional e buscam promover uma educação libertadora e autônoma. Fabiane argumenta que a educação quilombola deve se basear em pedagogias que valorizem os saberes locais e as tradições quilombolas, em oposição às formas de ensino impostas pelo modelo capitalista e

colonial. Essas pedagogias visam romper com o sistema de opressão racial e social, promovendo a autonomia e o empoderamento das comunidades quilombolas (SILVA, 2020).

No oitavo capítulo, a autora discute as dificuldades enfrentadas pelas escolas quilombolas, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores capacitados e a ausência de políticas públicas consistentes. Ela também destaca os avanços obtidos nos últimos anos, como a criação de escolas quilombolas e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, mas aponta que ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade para essas comunidades (SILVA, 2020).

No último capítulo, Fabiane apresenta suas considerações finais, ressaltando a importância de continuar lutando por uma educação escolar quilombola que respeite e valorize a cultura e a identidade dessas comunidades. Ela defende que a educação quilombola deve ser vista como um direito fundamental e como uma ferramenta de resistência e transformação social, capaz de empoderar as novas gerações e fortalecer a luta pela justiça social e pela preservação dos territórios quilombolas (SILVA, 2020).

Essa dissertação, portanto, contribui para o debate sobre a educação quilombola no Brasil, oferecendo uma análise aprofundada das práticas pedagógicas e dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na luta por uma educação que respeite e valorize sua identidade e territorialidade (SILVA, 2020).

3.3 "Escola Quilombola e Escola do Campo: A Luta por uma Educação Decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", de Benedito Florindo de Freitas Júnior

A dissertação de Benedito Florindo de Freitas Júnior, intitulada "Escola Quilombola e Escola do Campo: A Luta por uma Educação Decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", aborda de maneira aprofundada as lutas e conquistas de duas comunidades quilombolas no estado do Paraná, Brasil, pela afirmação de sua identidade cultural através da educação escolar. O trabalho investiga como essas escolas, situadas em contextos sociais e geográficos específicos, promovem uma educação que reconheça e valorize as histórias, os conhecimentos e as vivências de suas respectivas comunidades, dentro de uma perspectiva decolonial (FREITAS JUNIOR, 2021).

Desde o início, o autor destaca que a educação, para os povos do campo e quilombolas, vai além do simples acesso ao ensino formal; ela é um instrumento crucial para a consolidação de sua identidade cultural e para a luta por direitos territoriais. Esse contexto remonta às pressões exercidas pelos movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que têm exigido do Estado brasileiro políticas públicas que atendam às especificidades dessas populações. Dentro dessa lógica, a educação escolar se torna um campo de disputa, no qual as comunidades buscam não apenas inserir seus membros no sistema formal de ensino, mas também garantir que o currículo reflita suas realidades históricas e culturais (FREITAS JUNIOR, 2021).

O problema central da pesquisa está em investigar como a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula, em Três Córregos, Campo Largo, Paraná, atende às necessidades educacionais da comunidade quilombola Palmital dos Pretos, e como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, em Adrianópolis, trabalha junto à comunidade quilombola João Surá para fortalecer a identidade do grupo e apoiar sua luta pelo território (FREITAS JUNIOR, 2021).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza o método de estudo de caso, combinado com entrevistas, observação participante e registros de campo. O autor também se vale de uma fundamentação teórica baseada em autores e autoras que discutem o currículo decolonial. A perspectiva decolonial é essencial neste estudo, pois permite questionar e desconstruir o currículo escolar hegemônico, que

historicamente desconsidera as especificidades dos povos do campo e das comunidades tradicionais quilombolas (FREITAS JUNIOR, 2021).

Teóricos como Paulo Freire são utilizados para sustentar a ideia de que a educação deve estar ancorada nas vivências locais e nas experiências dos próprios sujeitos que a vivenciam, possibilitando um aprendizado que seja libertador e capaz de promover a emancipação dessas populações. A pesquisa se preocupa em investigar como essas teorias estão sendo aplicadas nas escolas estudadas e de que forma o currículo, construído em conjunto com as comunidades, reflete suas realidades e necessidades (FREITAS JUNIOR, 2021).

O Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, localizado na comunidade João Surá, foi um marco na luta pela educação quilombola. A comunidade, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006, viveu décadas de invisibilidade e exclusão educacional. A figura de Diogo Ramos Mendes, o primeiro professor quilombola da região, é lembrada como uma referência de resistência e de luta pelo direito à educação. A construção do colégio em 2009 foi uma conquista histórica, pois representou a concretização de um sonho antigo de permitir que os jovens pudessem concluir o ensino fundamental e médio dentro da própria comunidade, sem ter que se deslocar para outras localidades (FREITAS JUNIOR, 2021).

Por outro lado, a comunidade quilombola Palmital dos Pretos, localizada no distrito de Três Córregos, enfrenta uma realidade diferente. A escola da comunidade foi fechada em 1981, e, desde então, as crianças precisam percorrer longas distâncias para estudar, o que dificulta sua frequência escolar. Esse fechamento é emblemático dos desafios enfrentados pelas comunidades rurais e quilombolas, que muitas vezes são marginalizadas pelas políticas públicas educacionais (FREITAS JUNIOR, 2021).

Uma das principais contribuições da dissertação é a análise crítica do currículo escolar implementado nas escolas quilombolas e do campo. O autor argumenta que o currículo precisa ser construído a partir das realidades locais, incorporando os conhecimentos tradicionais, as histórias de resistência e os valores culturais das comunidades. Esse processo é visto como essencial para a construção de uma educação decolonial, que rompa com os padrões de ensino eurocêntricos e coloniais que ainda predominam nas escolas brasileiras (FREITAS JUNIOR, 2021).

No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, o currículo é desenvolvido em conjunto com a comunidade, o que fortalece a identidade quilombola e promove uma educação contextualizada e relevante. As vivências e as tradições culturais da

comunidade João Surá são integradas ao currículo através de disciplinas que discutem a história afro-brasileira, a cultura quilombola e os direitos territoriais. Essa prática pedagógica está em conformidade com a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, mas que ainda enfrenta dificuldades para ser plenamente implementada em muitas regiões do Brasil (FREITAS JUNIOR, 2021).

Em contraste, a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula enfrenta dificuldades para integrar as histórias e culturas da comunidade quilombola Palmital dos Pretos em seu currículo. Embora a legislação educacional, como o Decreto 7.352/2010, exija a participação da comunidade na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), a prática revela um distanciamento entre a escola e as famílias quilombolas. Esse afastamento compromete a efetividade da educação no fortalecimento da identidade e da cultura local, tornando necessária uma reavaliação das práticas pedagógicas (FREITAS JUNIOR, 2021).

O autor salienta a importância da participação ativa das comunidades na construção do currículo e no planejamento das ações pedagógicas das escolas. No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, a participação da comunidade João Surá foi fundamental para a criação de um projeto pedagógico que atendesse às demandas da comunidade. A "carta de anuência", um instrumento de gestão que permite que a comunidade escolha seus próprios professores e gestores, foi uma conquista importante para assegurar que a educação quilombola fosse dirigida por aqueles que conhecem as realidades locais (FREITAS JUNIOR, 2021).

No entanto, a dissertação aponta que essa autonomia não está completamente garantida em outras escolas do campo, como a Escola Municipal Augusto Pires de Paula. Embora as diretrizes da Educação do Campo defendam a participação comunitária, na prática, muitas escolas rurais ainda funcionam sob um modelo consolidado que desconsidera as especificidades culturais e históricas das populações locais (FREITAS JUNIOR, 2021).

A pesquisa revela os muitos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas e camponesas na luta por uma educação emancipadora. Além da falta de infraestrutura e da precariedade das condições de transporte escolar, o autor menciona a invisibilidade dessas populações nas políticas públicas educacionais. As leis que regulam a educação quilombola e do campo existem, mas sua implementação

é frequentemente falha, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso (FREITAS JUNIOR, 2021).

Apesar dos desafios, o trabalho de Benedito Florindo de Freitas Júnior destaca conquistas importantes, como a certificação das comunidades pela Fundação Palmares e a criação do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, que representam avanços na luta por uma educação decolonial (FREITAS JUNIOR, 2021).

O autor conclui que a luta por uma educação decolonial nas escolas quilombolas e do campo é um processo contínuo, que exige a participação ativa das comunidades e o comprometimento do Estado em garantir o direito à educação para todos. A construção de currículos que reflitam as realidades e as culturas das comunidades é fundamental para a promoção de uma educação emancipadora, que valorize a diversidade cultural e contribua para a transformação social (FREITAS JUNIOR, 2021).

A dissertação, portanto, traz uma importante contribuição para o campo da educação, ao discutir de forma crítica e detalhada as especificidades da educação quilombola e do campo, e ao propor caminhos para uma educação mais justa, inclusiva e representativa das comunidades tradicionais no Brasil (FREITAS JUNIOR, 2021).

3.4 "A Luta das Mulheres Quilombolas no Vale do Ribeira e os Processos Educacionais em seus Territórios", de Sanciaray Yarha Silva da Rosa

O trabalho intitulado "A Luta das Mulheres Quilombolas no Vale do Ribeira e os Processos Educacionais em seus Territórios", de Sanciaray Yarha Silva da Rosa, aborda a resistência das mulheres quilombolas e suas relações com o processo educacional em suas comunidades. A pesquisa está centrada na comunidade quilombola de João Surá, no Vale do Ribeira, Paraná, e busca entender as formas de resistência feminina e como estas se articulam com a educação nos quilombos (ROSA, 2022).

O trabalho discute as lutas das mulheres quilombolas no contexto do Vale do Ribeira, ressaltando que ser mulher quilombola significa carregar um legado de resistência e dignidade. Esse grupo enfrenta diversos desafios relacionados à preservação de sua identidade e cultura em meio à interferência externa e à contínua ameaça à sua territorialidade. A autora enfatiza a importância de pensar sobre as identidades individuais e coletivas, e como essas mulheres se relacionam com seu território de forma decolonial (ROSA, 2022).

Um dos principais objetivos da pesquisa foi compreender como a luta e a resistência das mulheres quilombolas se tornam parte de processos educativos dentro de suas comunidades. A autora adota uma metodologia etnográfica para investigar essa relação, o que lhe permitiu identificar como as lutas femininas dentro dessas comunidades estão profundamente enraizadas em práticas de ensino e aprendizado que transcendem o espaço escolar tradicional (ROSA, 2022).

A pesquisa também explora o conceito de feminismo comunitário, que surge em contexto de lutas coletivas das mulheres indígenas e quilombolas na América Latina. Este feminismo propõe uma luta contra o patriarcado, não apenas entre homens e mulheres, mas contra um sistema opressor que afeta toda a comunidade. O feminismo comunitário coloca a comunidade no centro da resistência, buscando autonomia e descolonização do corpo e do território (ROSA, 2022).

A autora reflete sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na realização da pesquisa, que obrigou a adaptação de sua abordagem de campo para um formato virtual. Mesmo com as dificuldades impostas pelo isolamento, foi possível manter contato com as mulheres quilombolas, fortalecendo o senso de comunidade e

resistência coletiva através de encontros on-line e discussões em grupo (ROSA, 2022).

Um ponto crucial levantado no trabalho é a desarticulação entre a vida cotidiana e o sistema educacional tradicional para os povos quilombolas. A educação, nesses territórios, vai além da escola e está profundamente enraizada nas interações coletivas e nos saberes ancestrais. Assim, as mulheres quilombolas desempenham um papel fundamental na transmissão desses saberes, mantendo viva a cultura e a resistência quilombola (ROSA, 2022).

A luta pela titulação do território é destacada como uma das principais bandeiras do movimento quilombola, especialmente pelas mulheres. A relação dos quilombolas com a terra vai além da subsistência, sendo também uma forma de preservar o legado ancestral. Ao mesmo tempo, essa luta está profundamente interligada com a educação e a organização social, onde as mulheres assumem papéis essenciais (ROSA, 2022).

O trabalho também discute a interseccionalidade, conceito central para compreender as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres quilombolas. A autora faz uso das teorias de Kimberlé Crenshaw para explicar como raça, gênero e classe se entrelaçam, criando uma realidade complexa para essas mulheres que lutam contra o patriarcado, o racismo e as desigualdades sociais (ROSA, 2022).

Um aspecto interessante levantado pela autora é como o feminismo negro, apesar de seus avanços, ainda não aborda adequadamente as questões das mulheres quilombolas e rurais. A autora sugere que é necessário ampliar o campo do feminismo para incluir as lutas e especificidades dessas mulheres, que enfrentam opressões em múltiplos níveis e que, muitas vezes, não se identificam com os movimentos feministas tradicionais (ROSA, 2022).

A pesquisa também aponta para a importância de fortalecer os laços entre as mulheres quilombolas como forma de resistir às opressões estruturais. Ao criar espaços de discussão e troca de experiências, as mulheres conseguem formular novas formas de conhecimento e ações políticas que impactam diretamente suas comunidades e reforçam sua autonomia (ROSA, 2022).

Por fim, a autora conclui que a luta das mulheres quilombolas não é apenas uma resistência à opressão de gênero, mas um movimento amplo que busca a preservação de seu território, cultura e modo de vida. A educação quilombola, nesse

sentido, é vista como um espaço de resistência e transformação social, onde as mulheres são protagonistas na construção de um futuro que respeite e valorize suas identidades e ancestralidades (ROSA, 2022).

3.5 Reflexões compartilhadas

Os quatro trabalhos Carla Galvão (2024), Fabiane Moreira (2020), Benedito Florindo (2021) e Sanciaray Yarha (2022) convergem em vários aspectos ao abordar a educação quilombola como um espaço de resistência, construção identitária e luta pela territorialidade. Em suas dissertações, os autores evidenciam que a educação, nos contextos quilombolas, não é apenas uma ferramenta de transmissão de conhecimento formal, mas um instrumento central na afirmação da identidade afro-brasileira e na perpetuação das tradições culturais. Ao longo dos estudos, fica claro que a educação quilombola desempenha um papel fundamental na preservação da memória coletiva e na continuidade das lutas históricas das comunidades negras no Brasil.

Um ponto em comum entre os trabalhos é o destaque dado à territorialidade. Tanto Galvão quanto Moreira, Florindo e Yarha evidenciam que o território quilombola não é apenas um espaço físico, mas um local de memória, de cultura e de significados que ultrapassam a geografia. Galvão explora como as crianças de João Surá constroem suas relações com o território desde cedo, enquanto Moreira e Florindo enfatizam a relação entre educação e o fortalecimento dessa territorialidade. Yarha, por sua vez, relaciona a luta das mulheres quilombolas com a preservação do território, destacando a interseção entre gênero e resistência territorial.

Os quatro autores também destacam o papel da educação como um espaço de luta política. A educação quilombola, nos trabalhos de Moreira e Florindo, é descrita como uma ferramenta para a afirmação da identidade cultural e para a luta pelos direitos territoriais e educacionais. Esses autores mostram que as escolas quilombolas são espaços onde as comunidades resistem ao apagamento histórico e ao racismo estrutural. Da mesma forma, Yarha e Galvão destacam que, para as mulheres e crianças quilombolas, a educação transcende a escola formal, sendo uma prática cotidiana de resistência e de preservação de saberes ancestrais.

Outro ponto importante em comum é a valorização dos saberes tradicionais e da ancestralidade. Galvão destaca a importância dos valores afro-brasileiros na formação das crianças quilombolas, enquanto Moreira e Florindo discutem a necessidade de que o currículo escolar quilombola incorpore esses saberes. Esses autores defendem que a educação quilombola deve refletir as histórias e práticas das comunidades, rompendo com os currículos eurocêntricos que predominam no sistema

educacional brasileiro. Yarha, por sua vez, mostra como as mulheres quilombolas desempenham um papel essencial na transmissão desses saberes, reforçando os laços comunitários e a resistência coletiva.

Os desafios enfrentados pela implementação de uma educação decolonial nas comunidades quilombolas também são abordados de forma recorrente nos quatro trabalhos. Moreira e Florindo mencionam a dificuldade de adaptação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, enquanto Galvão e Yarha evidenciam a falta de políticas públicas adequadas que contemplem as especificidades das crianças e mulheres quilombolas. Todos os autores concordam que, embora haja avanços na criação de escolas quilombolas e na formulação de leis, como a Lei 10.639/2003, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa.

A questão da interseccionalidade é outro tema que permeia os quatro trabalhos, especialmente nas discussões de Yarha e Moreira. Ambas as autoras abordam como as opressões de raça, gênero e classe afetam as comunidades quilombolas, com Yarha focando nas mulheres quilombolas e Moreira refletindo sobre a marginalização histórica das comunidades negras. A interseccionalidade, nos quatro estudos, emerge como uma ferramenta analítica fundamental para compreender a complexidade das lutas quilombolas, onde questões de gênero, raça e território estão profundamente entrelaçadas.

A construção coletiva do saber também aparece como um elemento central nos trabalhos. Galvão destaca a circularidade como um valor quilombola, onde o saber é construído de forma compartilhada e coletiva. Essa ideia é retomada por Moreira e Florindo, que mostram como as escolas quilombolas promovem práticas pedagógicas que valorizam o saber comunitário. Yarha reforça essa perspectiva ao discutir o feminismo comunitário, onde as mulheres quilombolas, por meio de suas práticas cotidianas, criam espaços de resistência e troca de saberes.

A invisibilidade das comunidades quilombolas nas políticas públicas é uma crítica recorrente nos quatro trabalhos. Galvão e Yarha discutem a invisibilidade das crianças e mulheres quilombolas nas políticas de educação e de direitos, enquanto Moreira e Florindo apontam para a ausência de políticas consistentes que promovam a inclusão plena das comunidades quilombolas no sistema educacional. Em todos os casos, os autores defendem a necessidade de maior atenção do Estado e de outras

instituições sociais para garantir o cumprimento dos direitos dessas comunidades, especialmente no que tange à educação e à territorialidade.

Finalmente, os quatro trabalhos enfatizam que a luta pela educação quilombola é inseparável da luta pela terra. Galvão, Moreira, Florindo e Yarha concordam que a luta pela preservação do território é central para a continuidade das práticas culturais e da identidade quilombola. A educação, nesses contextos, não pode ser vista de forma isolada, mas deve ser entendida como parte de uma luta maior pela dignidade, autonomia e reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

Em síntese, os quatro trabalhos convergem em torno de temas essenciais como a territorialidade, a educação como resistência, a valorização dos saberes tradicionais e os desafios impostos pela invisibilidade política. Ao traçarem esses pontos em comum, os autores contribuem para o fortalecimento do debate sobre a educação quilombola no Brasil, oferecendo uma análise profunda e crítica das lutas e resistências das comunidades quilombolas no campo educacional e territorial.

4. Entrevista com as pesquisadoras

Como processo de pesquisa, foram realizadas duas entrevistas com pesquisadoras que embasaram o capítulo anterior, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a luta das mulheres quilombolas e a educação nas comunidades quilombolas. A entrevista com Sancieray Yarha Silva da Rosa permitiu explorar questões fundamentais, como a interseccionalidade, o feminismo comunitário e o impacto das práticas educacionais nas vidas dessas mulheres. A partir de suas reflexões pessoais e acadêmicas, Sancieray discutiu os desafios enfrentados durante a pesquisa, especialmente no contexto da pandemia, e a importância de um sistema educacional que respeite e valorize as culturas quilombolas. Por outro lado, a entrevista com Fabiane Moreira da Silva trouxe à tona a conexão pessoal da autora com o tema da educação escolar quilombola, abordando a "educação insubmissa" e as lacunas na aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Fabiane também destacou a relevância das associações quilombolas na organização escolar e a necessidade de políticas públicas que melhorem a educação nessas comunidades. Juntas, essas entrevistas proporcionaram uma visão rica e multifacetada sobre as lutas e conquistas das mulheres quilombolas, além de identificar direções futuras para a pesquisa e a prática educacional.

A entrevista com Sancieray Yarha Silva da Rosa, autora da dissertação "A luta das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira e os processos educacionais em seus territórios", explora diversas questões centrais de sua pesquisa, que investiga a interseccionalidade, o feminismo comunitário e o impacto da educação nas comunidades quilombolas. Sancieray discute sua motivação pessoal e acadêmica para abordar a luta das mulheres quilombolas, os desafios enfrentados durante a pesquisa etnográfica, especialmente em relação à pandemia, e como essas mulheres articulam questões de raça, gênero e território em suas reivindicações. Além disso, a pesquisadora analisa a aplicação do feminismo comunitário nas comunidades quilombolas, a necessidade de um sistema educacional que respeite e valorize suas culturas, e as lições aprendidas com suas interações. Por fim, Sancieray reflete sobre a contribuição de sua pesquisa para a educação quilombola e a luta pelos direitos das mulheres, destacando a importância da descolonização do saber e os próximos passos do movimento no Vale do Ribeira.

Além disso, a entrevista com Fabiane Moreira da Silva, autora da dissertação "Escolas para quilombolas: identidade, territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", buscou aprofundar suas motivações, descobertas e desafios na pesquisa sobre educação quilombola. As perguntas abordaram temas como a conexão pessoal da autora com o tema, os desafios enfrentados na pesquisa em campo, o conceito de "educação insubmissa", e a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais nas escolas quilombolas. Fabiane também discutiu práticas pedagógicas significativas observadas no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, diferenças na articulação entre as escolas e suas comunidades, e a metodologia etnográfica que utilizou. Além disso, a autora explorou a importância das associações quilombolas para a organização escolar, a relação entre territorialidade e identidade quilombola, e propôs transformações e políticas públicas necessárias para melhorar a educação quilombola no Brasil. As perguntas foram elaboradas para extrair informações relevantes que complementassem os temas centrais da dissertação e aprofundassem a compreensão sobre a educação quilombola e suas práticas pedagógicas.

4.1 Entrevista com Sanciaray Yarha Silva da Rosa

A entrevista foi realizada com Sanciaray Yarha Silva da Rosa, autora da dissertação intitulada A luta das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira e os processos educacionais em seus territórios. Durante a entrevista, foram feitas perguntas relacionadas à sua pesquisa de mestrado, com o objetivo de explorar tanto o processo de investigação quanto as questões centrais abordadas na dissertação, como a luta das mulheres quilombolas e os processos educacionais nos territórios dessas comunidades.

Perguntas e motivações dos questionamentos	
O que te motivou a escolher o tema da luta das mulheres quilombolas e sua relação com os processos educacionais no Vale do Ribeira?	Essa pergunta explora o aspecto pessoal e acadêmico da escolha do tema, buscando entender as razões que levaram a pesquisadora a se concentrar nas mulheres quilombolas, revelando suas experiências ou interesses anteriores.
Durante o processo de pesquisa etnográfica, quais foram os principais desafios que você enfrentou, especialmente no contexto da pandemia?	Esse questionamento visa compreender as dificuldades logísticas e emocionais enfrentadas durante a pesquisa de campo, especialmente considerando o impacto da pandemia de COVID-19 em metodologias que dependem de contato presencial.
Como as mulheres quilombolas percebem a interseccionalidade em suas lutas diárias? Como elas conectam raça, gênero e território nas suas reivindicações?	Perguntar sobre interseccionalidade busca explorar como as múltiplas opressões (raça, gênero, classe, território) afetam essas mulheres e como elas articulam essas questões em sua luta por direitos.
O feminismo comunitário foi um dos conceitos centrais da sua dissertação. Como você vê a aplicação desse conceito nas comunidades quilombolas brasileiras?	Essa pergunta visa a entender como o conceito de feminismo comunitário, que enfatiza a luta das mulheres dentro de suas comunidades e realidades locais, é aplicado no contexto específico das comunidades quilombolas.
Em sua pesquisa, você abordou o impacto da educação nas comunidades quilombolas. Como o sistema educacional atual pode melhorar para se alinhar às necessidades dessas comunidades?	Esse questionamento tem o objetivo de avaliar o papel da educação formal e informal na vida das mulheres quilombolas e como o sistema de ensino pode ser adaptado para respeitar e valorizar a cultura e as necessidades dessas comunidades.
Quais foram as principais lições ou inspirações que você obteve ao interagir com as mulheres quilombolas durante sua pesquisa?	A pergunta busca extrair as impressões e aprendizados da pesquisadora, focando no impacto pessoal e acadêmico de suas interações com as mulheres quilombolas.
A relação das mulheres quilombolas com o território é profundamente importante para suas lutas. Como essa ligação influencia as suas práticas educacionais e sociais dentro da comunidade?	Essa questão investiga a conexão entre identidade territorial e práticas de ensino, mostrando como o vínculo com a terra afeta a educação e as lutas sociais das mulheres quilombolas.

Como você enxerga a contribuição da sua pesquisa para o campo da educação quilombola e a luta por direitos das mulheres quilombolas no Brasil?
Aqui, busca-se refletir sobre a relevância acadêmica e prática da pesquisa, bem como sobre a contribuição que ela oferece para o entendimento da educação quilombola e dos direitos das mulheres negras rurais.
Você mencionou a importância da descolonização do saber e do gênero. Como as comunidades quilombolas estão ressignificando essas questões no contexto brasileiro?
A pergunta visa discutir como as comunidades quilombolas estão reinterpretando e desafiando os saberes coloniais e patriarcais, promovendo novas formas de conhecimento que respeitam suas realidades.
Quais são os próximos passos para o movimento das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira? Há novos projetos ou desafios que você acredita serem prioritários?
Finalmente, essa pergunta tenta identificar o futuro do movimento, explorando novos desafios e prioridades para as mulheres quilombolas no Vale do Ribeira.

Essas perguntas foram elaboradas para extrair informações profundas sobre a luta das mulheres quilombolas, a importância do feminismo comunitário, a interseccionalidade, e a ressignificação da educação e do saber em seus territórios. Vejamos as respostas trazidas pela autora:

Respostas de Sanciaray Yarha Silva da Rosa
O que te motivou a escolher o tema da luta das mulheres quilombolas e sua relação com os processos educacionais no Vale do Ribeira?
A minha motivação surgiu a partir do meu envolvimento com as comunidades quilombolas, especialmente através do projeto Preparatório para Pós-Graduação da UFPR e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). A convivência com mulheres quilombolas no Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade foi essencial para eu perceber a riqueza de suas lutas e como isso estava intrinsecamente ligado aos processos educativos dentro de suas comunidades. Eu queria dar visibilidade a essas vozes que são muitas vezes silenciadas.
Durante o processo de pesquisa etnográfica, quais foram os principais desafios que você enfrentou, especialmente no contexto da pandemia?
A pandemia trouxe desafios imensos, especialmente porque minha proposta inicial envolvia a presença física na comunidade quilombola de João Surá. A impossibilidade de estar em campo no início da pandemia me obrigou a adaptar a pesquisa para o formato virtual, o que limitou bastante as interações e a imersão na vida cotidiana dessas mulheres. No entanto, os encontros virtuais permitiram a continuidade das conversas e mantiveram o vínculo, mesmo que de forma limitada.
Como as mulheres quilombolas percebem a interseccionalidade em suas lutas diárias? Como elas conectam raça, gênero e território nas suas reivindicações?
As mulheres quilombolas vivem a interseccionalidade de forma prática em suas vidas. Elas enfrentam opressões que se sobrepõem: racismo, sexismo e as questões relacionadas ao território. A luta delas vai muito além da questão de gênero, porque elas precisam lutar pela preservação de seu território, que é a base de sua identidade, sustento e cultura. Para essas mulheres, o feminismo está sempre interligado à terra e à sua ancestralidade.
O feminismo comunitário foi um dos conceitos centrais da sua dissertação. Como você vê a aplicação desse conceito nas comunidades quilombolas brasileiras?

O feminismo comunitário é uma ferramenta potente nas comunidades quilombolas, pois ele parte de uma visão descolonizadora, não focada em uma igualdade apenas entre homens e mulheres, mas na resistência ao sistema opressor como um todo. Nas comunidades quilombolas, a luta é coletiva e está ligada à preservação do território e à organização social. O feminismo comunitário reflete essas práticas ao reconhecer a importância da comunidade e da ancestralidade na luta das mulheres.

Em sua pesquisa, você abordou o impacto da educação nas comunidades quilombolas. Como o sistema educacional atual pode melhorar para se alinhar às necessidades dessas comunidades?

O sistema educacional precisa reconhecer e valorizar os saberes quilombolas, que estão profundamente conectados à vida cotidiana e à ancestralidade. O ato de ensinar e aprender vai muito além das quatro paredes da sala de aula. Para que a educação atenda às necessidades dessas comunidades, ela deve ser contextualizada, respeitar os saberes tradicionais e promover uma relação mais estreita entre escola e território, sem impor uma visão eurocentrada de conhecimento.

Quais foram as principais lições ou inspirações que você obteve ao interagir com as mulheres quilombolas durante sua pesquisa?

Uma das maiores lições que aprendi foi a força e resiliência dessas mulheres. Elas me mostraram que a resistência não está apenas nas grandes lutas políticas, mas também nas pequenas ações cotidianas de preservação da cultura, da terra e da vida comunitária. Essas mulheres exercem um protagonismo coletivo, mostrando que o feminismo pode ser vivido de maneira comunitária e enraizada em tradições ancestrais.

A relação das mulheres quilombolas com o território é profundamente importante para suas lutas. Como essa ligação influencia as suas práticas educacionais e sociais dentro da comunidade?

O território é central para as mulheres quilombolas, pois ele representa muito mais que um espaço físico: é o lugar de memória, ancestralidade e resistência. Essa ligação reflete-se em suas práticas educacionais, onde o aprendizado está diretamente relacionado com o cuidado e a preservação da terra. A educação quilombola vai além do conteúdo escolar, é transmitida nas práticas coletivas, nos saberes passados de geração em geração, e no respeito pela natureza.

Como você enxerga a contribuição da sua pesquisa para o campo da educação quilombola e a luta por direitos das mulheres quilombolas no Brasil?

Espero que minha pesquisa contribua para ampliar o olhar sobre a educação quilombola, especialmente no que diz respeito ao protagonismo feminino nessas comunidades. Ao dar visibilidade à luta das mulheres quilombolas, acredito que ajudo a reforçar a importância de uma educação que reconheça e valorize os saberes tradicionais, além de contribuir para o fortalecimento da luta pelo território e pela preservação da identidade quilombola.

Você mencionou a importância da descolonização do saber e do gênero. Como as comunidades quilombolas estão ressignificando essas questões no contexto brasileiro?

As comunidades quilombolas estão ressignificando o saber e o gênero ao resistirem às imposições coloniais e patriarcais que ainda existem. Ao reivindicarem seus territórios e preservarem seus saberes tradicionais, elas rompem com a visão eurocentrada e patriarcal de conhecimento. O saber nas comunidades quilombolas é coletivo e compartilhado, e o papel das mulheres na educação e na organização social é fundamental para descolonizar essas estruturas.

Quais são os próximos passos para o movimento das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira? Há novos projetos ou desafios que você acredita serem prioritários?

O movimento das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira continua enfrentando desafios importantes, especialmente em relação à titulação dos territórios e ao

fortalecimento da educação quilombola. A luta pela terra é uma prioridade constante, pois sem o território as comunidades quilombolas perdem a base de sua identidade e cultura. Além disso, há uma necessidade crescente de fortalecer o acesso das mulheres quilombolas a espaços de decisão e garantir que suas vozes sejam ouvidas nas lutas políticas e educacionais.

As respostas de Sanciaray revelam uma abordagem profundamente pessoal e engajada com a temática da luta das mulheres quilombolas e sua relação com os processos educacionais no Vale do Ribeira. Ao destacar que sua motivação surgiu do envolvimento direto com as comunidades, Sanciaray demonstra como sua vivência prática foi essencial para compreender as lutas dessas mulheres. O contato com o Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade e o projeto Preparatório para Pós-Graduação da UFPR permitiu que ela identificasse a necessidade de dar visibilidade às vozes dessas mulheres, muitas vezes marginalizadas. Assim, sua pesquisa vai além de uma análise teórica, conectando-se diretamente às questões de identidade e resistência das mulheres quilombolas.

Durante o processo de pesquisa, os desafios impostos pela pandemia destacam a importância da adaptação metodológica. Sanciaray reconhece que a impossibilidade de estar fisicamente presente na comunidade quilombola de João Surá limitou suas interações e a imersão completa no cotidiano dessas mulheres. No entanto, a continuidade das conversas via encontros virtuais mostra a resiliência da pesquisa e das próprias mulheres quilombolas, que mantiveram o vínculo com a pesquisadora. Esse cenário ilustra como a pandemia influenciou o campo da pesquisa social, mas também como, mesmo diante de obstáculos, é possível manter a essência do trabalho de campo e das relações construídas.

A percepção das mulheres quilombolas sobre interseccionalidade evidencia a complexidade das suas lutas. Sanciaray aborda como essas mulheres não apenas enfrentam o machismo, mas também precisam lidar com o racismo e com questões territoriais. A ideia de que a luta feminista dessas mulheres está intrinsecamente ligada ao território é central na resposta. Para elas, a terra não é só um espaço físico, mas o cerne de sua identidade, cultura e sustento. O feminismo vivido pelas quilombolas se diferencia de correntes tradicionais, pois está vinculado diretamente à preservação do território e da ancestralidade, refletindo uma forma única de resistência que une gênero, raça e espaço.

O conceito de feminismo comunitário, amplamente discutido por Sanciaray, é um dos aspectos mais inovadores da sua pesquisa. Ela identifica como essa

abordagem se aplica diretamente às lutas das mulheres quilombolas, não apenas contra o patriarcado, mas contra todo o sistema opressor. O feminismo comunitário descoloniza as práticas de resistência, valorizando a organização social e a preservação do território como parte integrante das lutas das mulheres quilombolas. Esse conceito é poderoso porque reflete a coletividade e a importância da ancestralidade nessas comunidades, promovendo um feminismo adaptado às realidades vividas por essas mulheres.

Por fim, Sancieray faz uma análise crítica do sistema educacional e como ele deve se alinhar melhor às necessidades das comunidades quilombolas. Ela enfatiza que a educação precisa ir além da sala de aula e incluir os saberes tradicionais que são transmitidos de forma comunitária. A educação quilombola, conforme descrito por Sancieray, é um processo contínuo e contextualizado, profundamente conectado à preservação da terra e da cultura. Ao sugerir uma maior proximidade entre escola e território, ela aponta para a necessidade de descolonizar o sistema educacional e garantir que os saberes das comunidades sejam respeitados e promovidos. A pesquisa de Sancieray, portanto, oferece contribuições valiosas tanto para o campo educacional quanto para as lutas políticas das mulheres quilombolas.

4.2 Entrevista com Fabiane Moreira da Silva

A entrevista foi realizada com Fabiane Moreira da Silva, autora da dissertação intitulada "Escolas para quilombolas: identidade, territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula", defendida em 2020 no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná. As perguntas abordaram temas centrais do trabalho desenvolvido por ela, com o objetivo de explorar em profundidade suas motivações, descobertas e desafios enfrentados durante a pesquisa, bem como obter reflexões mais detalhadas sobre a educação quilombola e suas práticas pedagógicas.

Perguntas e motivações dos questionamentos	
O que te motivou a escolher o tema da educação escolar quilombola e como sua trajetória pessoal influenciou na escolha desse objeto de estudo?	Essa pergunta foi feita para entender a conexão pessoal da autora com o tema, já que, em sua dissertação, ela destaca sua identidade como mulher negra e periférica. Essa relação entre trajetória pessoal e o objeto de estudo pode revelar como suas vivências influenciaram a escolha do tema e a abordagem da pesquisa.
Quais foram os maiores desafios que você encontrou ao longo do processo de pesquisa em campo, especialmente ao lidar com as comunidades quilombolas e suas escolas?	A intenção aqui foi descobrir as dificuldades práticas enfrentadas na pesquisa, especialmente no contato direto com as comunidades quilombolas, que, por suas características culturais e geográficas, podem apresentar obstáculos que interferem na condução de uma investigação acadêmica. Perguntar sobre os desafios ajuda a entender o processo de pesquisa em contextos tão específicos.
Você mencionou a importância de uma "educação insubmissa". Como você definiria essa abordagem pedagógica e de que maneira ela pode ser implementada nas escolas quilombolas?	Essa pergunta foi feita para esclarecer o conceito de "educação insubmissa", destacado na dissertação como uma educação que desafia os padrões coloniais e eurocêntricos. Ao perguntar como essa abordagem pode ser aplicada nas escolas quilombolas, a entrevista busca insights sobre como a prática pedagógica pode ser transformada para fortalecer a identidade dos alunos e suas comunidades.
Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola têm sido aplicadas nas escolas que você estudou? Você identificou alguma lacuna entre o que é prescrito e o que é praticado?	Essa pergunta explora a aplicação prática das diretrizes nacionais nas escolas quilombolas, tema central da pesquisa. Perguntar sobre lacunas permite entender onde estão os desafios e falhas na implementação das políticas educacionais, oferecendo uma visão crítica sobre o cumprimento das normas legais e suas limitações na realidade das escolas.
No estudo de caso do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, quais foram as práticas pedagógicas mais significativas que você observou em relação ao fortalecimento da identidade quilombola?	Ao focar nas práticas pedagógicas, essa pergunta busca identificar exemplos concretos de ações escolares que estão realmente impactando a vida dos alunos quilombolas, ajudando a reforçar suas identidades e culturas. A resposta pode trazer

informações valiosas sobre práticas bem-sucedidas que podem ser replicadas em outras instituições.
Quais são as principais diferenças que você notou entre o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula no que diz respeito à articulação com a comunidade quilombola?
Essa pergunta visa explorar as particularidades de cada escola estudada e como cada uma interage com sua comunidade. Com isso, é possível entender melhor os fatores que facilitam ou dificultam essa articulação e como as especificidades locais influenciam o envolvimento da comunidade com a escola.
Você fez uso da etnografia como metodologia de pesquisa. Como foi sua experiência com essa abordagem e de que maneira ela contribuiu para a compreensão das práticas educacionais nas escolas quilombolas?
A escolha pela metodologia etnográfica foi importante na dissertação, pois permitiu uma imersão nas comunidades quilombolas. Perguntar sobre a experiência com a etnografia ajuda a entender os desafios e as vantagens dessa abordagem, além de como ela permitiu que a autora obtivesse uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais.
Você discute o papel das associações quilombolas na organização escolar. Como essa relação entre a comunidade e a escola pode ser fortalecida para promover uma educação mais efetiva e relevante?
Essa pergunta explora a conexão entre as associações quilombolas e as escolas, um tema que a autora aborda com destaque na dissertação. A ideia é discutir possíveis soluções para fortalecer essa relação e como ela pode impactar positivamente o desenvolvimento educacional e a preservação das tradições quilombolas.
A questão da territorialidade é central para a identidade quilombola. Como você percebe que as escolas quilombolas podem ajudar os alunos a se conectarem e a defenderem o território de suas comunidades?
A questão da territorialidade é um tema crucial na dissertação e está profundamente vinculada à identidade quilombola. Ao questionar como as escolas podem contribuir para a defesa desse território, busca-se compreender como o espaço escolar pode ser um agente de conscientização e ação nas lutas pela preservação territorial.
Após concluir sua pesquisa, quais são as principais transformações ou políticas públicas que você acredita serem necessárias para melhorar a educação quilombola no Brasil?
Essa pergunta final busca reunir as reflexões da autora sobre possíveis avanços e mudanças necessárias no sistema educacional para melhorar a qualidade da educação quilombola. A resposta pode fornecer sugestões práticas e propostas de políticas públicas que possam ser aplicadas para garantir uma educação mais inclusiva e eficaz para as comunidades quilombolas.

Essas perguntas foram elaboradas para explorar os pontos mais relevantes da dissertação e obter respostas que complementem e aprofundem os temas tratados pela autora, permitindo uma visão mais detalhada do trabalho e suas implicações para a educação quilombola no Brasil. Vejamos as respostas de Fabiane Moreira.

Respostas de Fabiane Moreira
O que te motivou a escolher o tema da educação escolar quilombola e como sua trajetória pessoal influenciou na escolha desse objeto de estudo?
Minha trajetória pessoal como mulher negra e periférica foi uma motivação central para escolher esse tema. Desde cedo, entendi as dificuldades e as opressões que cercam as questões de identidade e pertencimento racial. Ao longo do meu percurso

educacional, percebi a ausência de um modelo educacional que contemplasse as necessidades das comunidades negras, em especial as quilombolas, e isso me levou a investigar como a educação pode ser uma ferramenta de fortalecimento da identidade quilombola e de luta pela territorialidade.

Quais foram os maiores desafios que você encontrou ao longo do processo de pesquisa em campo, especialmente ao lidar com as comunidades quilombolas e suas escolas?

Um dos maiores desafios, no início da pesquisa, foi a necessidade de construir um relacionamento de confiança com os entrevistados, especialmente os mais velhos, que muitas vezes tinham uma visão de desconfiança em relação a pesquisadores externos.

Você mencionou a importância de uma "educação insubmissa". Como você definiria essa abordagem pedagógica e de que maneira ela pode ser implementada nas escolas quilombolas?

A educação insubmissa é aquela que se recusa a seguir o modelo colonialista e eurocêntrico de ensino, que perpetua desigualdades raciais e sociais. Ela se baseia na valorização dos saberes locais, na promoção da identidade quilombola e no fortalecimento da luta pelo território. Nas escolas quilombolas, essa abordagem pode ser implementada por meio de currículos que integrem conhecimentos tradicionais, como práticas agrícolas, histórias de resistência e aspectos culturais próprios das comunidades.

Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola têm sido aplicadas nas escolas que você estudou? Você identificou alguma lacuna entre o que é prescrito e o que é praticado?

As Diretrizes Curriculares Nacionais foram um avanço importante, mas ainda existem lacunas entre o que é prescrito e o que é praticado. Nas escolas que estudei, embora haja um esforço por parte dos professores e da comunidade em aplicar as diretrizes, faltam recursos, formação continuada e suporte governamental para garantir a plena execução dessas diretrizes. Muitas vezes, o currículo não reflete as necessidades e realidades dos alunos quilombolas.

No estudo de caso do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, quais foram as práticas pedagógicas mais significativas que você observou em relação ao fortalecimento da identidade quilombola?

No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, observei a prática pedagógica do projeto Sankofa, que busca integrar a história e cultura da comunidade quilombola no currículo. Além disso, há um forte envolvimento da comunidade na vida escolar, o que contribui para fortalecer a identidade dos alunos. As atividades extracurriculares, como visitas às áreas históricas da comunidade e discussões sobre ancestralidade, também foram práticas significativas para promover o pertencimento identitário.

Quais são as principais diferenças que você notou entre o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula no que diz respeito à articulação com a comunidade quilombola?

A principal diferença que observei foi que o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, por estar localizado dentro da comunidade quilombola João Surá, tem uma articulação mais forte e constante com a comunidade, enquanto a Escola Municipal Augusto Pires de Paula, que atende alunos quilombolas, está mais afastada geograficamente do quilombo Palmital dos Pretos, o que cria barreiras no envolvimento da comunidade nas atividades escolares. Isso impacta a integração das práticas pedagógicas com as tradições locais.

Você fez uso da etnografia como metodologia de pesquisa. Como foi sua experiência com essa abordagem e de que maneira ela contribuiu para a compreensão das práticas educacionais nas escolas quilombolas?

A etnografia foi fundamental para entender de forma profunda e imersiva as práticas educacionais nas escolas quilombolas. Estar presente nas comunidades permitiu

observar diretamente a interação dos alunos com o ambiente escolar e a comunidade, bem como registrar as percepções dos professores e moradores. Essa metodologia também foi importante para captar nuances culturais e contextuais que uma abordagem mais distante não permitiria revelar, como as dinâmicas entre educação e territorialidade.

Você discute o papel das associações quilombolas na organização escolar. Como essa relação entre a comunidade e a escola pode ser fortalecida para promover uma educação mais efetiva e relevante?

O papel das associações quilombolas é essencial para garantir que a educação reflita os interesses e a cultura da comunidade. Para fortalecer essa relação, é fundamental promover uma comunicação mais ativa entre a escola e a associação, envolvendo a comunidade nas decisões pedagógicas e na gestão escolar. Uma maneira de fazer isso é garantir que o currículo seja construído em conjunto com os quilombolas, respeitando suas tradições e saberes locais, e que a comunidade tenha uma voz ativa na escolha dos profissionais que atuam nas escolas.

A questão da territorialidade é central para a identidade quilombola. Como você percebe que as escolas quilombolas podem ajudar os alunos a se conectarem e a defenderem o território de suas comunidades?

As escolas quilombolas podem desempenhar um papel crucial na defesa do território, ensinando aos alunos sobre a história de suas comunidades e sobre a importância da luta pelo reconhecimento territorial. Ao integrar práticas tradicionais, como a agricultura e o cuidado com o meio ambiente, no currículo escolar, as escolas ajudam os alunos a valorizar e defender o território em que vivem. Além disso, a educação sobre os direitos quilombolas e a conscientização política são fundamentais para que esses jovens possam atuar como defensores de suas terras.

Após concluir sua pesquisa, quais são as principais transformações ou políticas públicas que você acredita serem necessárias para melhorar a educação quilombola no Brasil?

Para melhorar a educação quilombola, é essencial investir na formação continuada de professores para que eles estejam preparados para lidar com as especificidades das comunidades quilombolas. Também é necessário fortalecer a infraestrutura das escolas, garantir o acesso a recursos pedagógicos adequados e promover uma maior articulação entre o Estado e as associações quilombolas. Além disso, políticas públicas que assegurem a valorização da cultura e dos saberes quilombolas devem ser ampliadas e efetivamente implementadas, para que o currículo escolar reflita a realidade dessas comunidades.

As respostas de Fabiane Moreira da Silva refletem uma profunda conexão entre sua trajetória pessoal e o tema da educação quilombola. Ela destaca que sua própria experiência como mulher negra e periférica foi um fator determinante na escolha do objeto de estudo, o que mostra que sua pesquisa está enraizada em uma vivência de opressão e resistência. Isso sugere que seu trabalho não é apenas uma contribuição acadêmica, mas também um ato de afirmação e defesa de sua identidade e das comunidades quilombolas. O interesse por um modelo educacional que fortaleça a identidade negra e a luta pelo território quilombola surge como uma resposta às lacunas que ela mesma vivenciou no sistema educacional.

Os desafios mencionados por Fabiane, como a infraestrutura precária e a dificuldade em obter o envolvimento da comunidade, são comuns em pesquisas com

comunidades marginalizadas. A desconfiança inicial dos quilombolas em relação a pesquisadores externos é compreensível, dado o histórico de exploração e falta de sensibilidade de muitas pesquisas acadêmicas. Fabiane, no entanto, conseguiu construir uma relação de confiança com os membros mais antigos da comunidade, o que demonstra sua sensibilidade cultural e sua habilidade em navegar por essas complexidades, fatores essenciais para a realização de uma pesquisa etnográfica bem-sucedida.

A abordagem pedagógica da “educação insubmissa” que Fabiane descreve é uma proposta radical e necessária para desafiar os modelos educacionais coloniais e eurocêntricos. Ela propõe a valorização dos saberes locais e a promoção de práticas educacionais que fortaleçam a identidade quilombola. A implementação dessa pedagogia exige uma reestruturação curricular que inclua práticas culturais e tradicionais das comunidades quilombolas, o que, por sua vez, promove a autonomia e resistência desses grupos frente às imposições da sociedade dominante. Essa abordagem destaca a educação como uma ferramenta de luta política e social, algo central na experiência de comunidades historicamente oprimidas.

A aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola nas escolas estudadas por Fabiane revela lacunas entre teoria e prática. Embora as diretrizes representem um avanço, a falta de recursos e suporte governamental prejudica sua efetivação. Fabiane identifica que a distância entre o prescrito e o praticado pode ser atribuída à falta de formação continuada de professores e à ausência de um currículo que atenda adequadamente às realidades das comunidades quilombolas. Essa crítica revela a necessidade de um maior investimento em políticas públicas que realmente contemplem as especificidades das escolas quilombolas, garantindo que as diretrizes sejam mais do que apenas uma proposta teórica.

Por fim, a importância da territorialidade e do envolvimento comunitário nas práticas educacionais é destacada ao longo das respostas. Fabiane identifica que escolas como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos conseguem integrar melhor a comunidade em suas atividades, enquanto a Escola Municipal Augusto Pires de Paula enfrenta desafios por estar mais distante geograficamente. Ela também ressalta o papel crucial das associações quilombolas na organização escolar, sugerindo que uma maior articulação entre escola e comunidade fortalece tanto a identidade quanto a luta pelo território. Isso demonstra que a educação quilombola

não pode ser desvinculada da realidade social e territorial dessas comunidades, sendo fundamental para a continuidade de suas tradições e lutas.

4.3 Encontros nos discursos

As respostas de Sanciaray Yarha Silva da Rosa e Fabiane Moreira da Silva revelam encontros temáticos significativos que refletem as complexidades e intersecções das lutas das comunidades quilombolas e a educação quilombola.

- **Conexão Pessoal e Motivação** - Ambas as pesquisadoras enfatizam a importância de suas trajetórias pessoais na escolha de seus temas de pesquisa. Sanciaray menciona que seu envolvimento direto com as comunidades quilombolas a levou a reconhecer a necessidade de dar voz a mulheres frequentemente marginalizadas. Da mesma forma, Fabiane destaca que sua experiência como mulher negra e periférica influenciou sua decisão de investigar a educação quilombola, evidenciando como suas vivências de opressão e resistência moldaram suas abordagens acadêmicas.
- **Desafios na Pesquisa** - Tanto Sanciaray quanto Fabiane enfrentaram desafios significativos em suas pesquisas. Sanciaray discute as limitações impostas pela pandemia, que dificultaram a imersão nas comunidades, enquanto Fabiane fala sobre a infraestrutura precária e a desconfiança inicial das comunidades em relação a pesquisadores externos. Ambas reconhecem a necessidade de construir relações de confiança e a importância da adaptação metodológica em contextos vulneráveis.
- **Interseccionalidade e Territorialidade** - A interseccionalidade é um tema central nas respostas de Sanciaray, que explora como as mulheres quilombolas enfrentam múltiplas opressões relacionadas a gênero, raça e território. Fabiane complementa essa visão ao discutir a importância da territorialidade na identidade quilombola e como as práticas educacionais podem ajudar os alunos a se conectarem com e defenderem seus territórios. Ambas as pesquisadoras argumentam que a educação deve ser contextualizada e respeitar os saberes tradicionais.
- **Educação como Ferramenta de Resistência** - Sanciaray propõe que a educação deve ir além da sala de aula e integrar saberes tradicionais, enquanto Fabiane fala sobre a "educação insubmissa" como uma proposta para desafiar modelos educacionais coloniais e eurocêtricos. Ambas as abordagens destacam a educação como uma ferramenta de luta política e social,

necessária para promover a autonomia e resistência das comunidades quilombolas frente às imposições externas.

- Críticas ao Sistema Educacional - Sanciaray critica o sistema educacional por não atender às necessidades das comunidades quilombolas, sugerindo a descolonização do conhecimento. Fabiane também identifica lacunas entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e sua aplicação prática nas escolas, ressaltando a falta de recursos e a necessidade de formação continuada para professores. Ambas concordam na urgência de investimentos em políticas públicas que respeitem e integrem as especificidades das comunidades quilombolas.
- Importância da Comunidade - A interação entre escolas e comunidades é um ponto de convergência nas respostas de ambas. Sanciaray e Fabiane ressaltam a relevância das associações quilombolas e do envolvimento comunitário para fortalecer as práticas educacionais e preservar as tradições culturais. Fabiane observa que escolas como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos têm melhor articulação com a comunidade, enquanto a Escola Municipal Augusto Pires de Paula enfrenta dificuldades devido à distância geográfica.

Em resumo, as respostas de Sanciaray e Fabiane se entrelaçam em temas de identidade, resistência, interseccionalidade, educação e o papel das comunidades, refletindo uma visão holística sobre a luta das mulheres quilombolas e a importância da educação como um instrumento para essa luta.

5. Considerações Finais

A análise da Educação Escolar Quilombola na formação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a ausência de uma perspectiva antirracista no currículo revelam um quadro que perpetua uma perspectiva eurocentrica. Ao longo deste trabalho, abordamos a invisibilidade das questões raciais e a falta de uma abordagem educacional que respeite a identidade e a cultura das comunidades quilombolas. A partir da experiência vivida no Colégio Diogo Ramos e nas dissertações de quatro pesquisadoras, ficou evidente que a educação quilombola não é apenas uma alternativa, mas uma necessidade urgente para a promoção da igualdade e da justiça social no Brasil.

A Educação Escolar Quilombola se configura como um espaço de resistência e afirmação cultural. Esse espaço pedagógico, além de proporcionar um ensino que valoriza a ancestralidade, a história e as vivências dos estudantes, atua como um meio de combate às desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira. Ao empoderar as crianças quilombolas com conhecimentos que refletem suas próprias culturas, a educação quilombola transforma o ambiente escolar em um local de valorização da identidade, permitindo que os alunos se reconheçam e se sintam orgulhosos de suas heranças. Essa prática é essencial para a formação de indivíduos críticos e conscientes de sua posição no mundo.

Além disso, as dissertações analisadas evidenciam a importância da territorialidade na educação quilombola. A relação íntima entre as comunidades e seus territórios é fundamental para o fortalecimento da identidade e para a preservação dos saberes ancestrais. As escolas quilombolas devem atuar como espaços de promoção da cultura local e de resistência à marginalização, integrando a educação formal às práticas e conhecimentos tradicionais da comunidade. Essa conexão com o território não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também reforça a necessidade de lutar pela preservação e pelo reconhecimento das terras quilombolas.

A interseccionalidade também se destaca como um tema central nas pesquisas. As mulheres quilombolas, em particular, enfrentam múltiplas opressões que vão além da questão de gênero, envolvendo raça, classe e território. A luta pela educação, nesse sentido, é inseparável da luta pela terra e pela autonomia. As

pesquisadoras mostram que a educação deve ser um meio de empoderamento, capacitando as mulheres a reivindicar seus direitos e a participar ativamente na vida comunitária. Essa abordagem revela a força coletiva das mulheres quilombolas e sua capacidade de transformar o contexto em que vivem, mostrando que as lutas por justiça social e igualdade de gênero estão interligadas.

Ademais, a educação antirracista emerge como uma necessidade urgente dentro do currículo de Pedagogia da UFPR. A falta de uma formação que aborde as especificidades da educação quilombola e as desigualdades raciais perpetua a invisibilidade das comunidades negras e a desvalorização de suas culturas. O desafio, portanto, é implementar um currículo que promova práticas pedagógicas inclusivas e que valorize a diversidade cultural, rompendo com os padrões coloniais que ainda predominam na educação brasileira. Para isso, é necessário que os educadores sejam capacitados a reconhecer e desafiar as estruturas de poder e privilégio que operam em suas salas de aula.

Os desafios enfrentados pelas escolas quilombolas, como a falta de infraestrutura e recursos adequados, também foram amplamente discutidos nas dissertações. A pesquisa revelou que as dificuldades de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola evidenciam a necessidade de um suporte governamental consistente e de políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos educacionais das comunidades quilombolas. É imprescindível que haja uma articulação mais forte entre as escolas e as associações quilombolas, para que as necessidades e aspirações da comunidade sejam efetivamente atendidas e integradas ao cotidiano escolar.

Outro aspecto importante abordado é o papel das práticas pedagógicas que valorizam a autoestima e a criatividade dos estudantes. As oficinas realizadas no Colégio Diogo Ramos, como a de turbantes e fotografia, exemplificam como a educação pode ser um espaço de empoderamento e de resgate cultural. Essas práticas ajudam a construir uma identidade forte e positiva, essencial para o fortalecimento da comunidade quilombola e para a resistência contra as opressões históricas. Através dessas experiências, os alunos não apenas aprendem habilidades práticas, mas também se conectam emocionalmente com sua herança cultural, o que é fundamental para a construção de uma autoimagem saudável e de uma identidade coletiva resiliente.

Por fim, as entrevistas com as pesquisadoras Sancieray Yarha Silva da Rosa e Fabiane Moreira da Silva proporcionaram uma visão rica e aprofundada sobre a realidade das comunidades quilombolas e suas lutas. Ambas destacaram a importância de dar visibilidade às vozes das mulheres quilombolas e de integrar suas experiências e saberes ao sistema educacional. A pesquisa reafirma a necessidade de uma educação que não apenas informe, mas que também transforme e emancipe, reconhecendo as especificidades e os direitos das comunidades quilombolas. A interseccionalidade das lutas das mulheres quilombolas e a valorização do feminismo comunitário emergem como pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa e respeitosa.

A luta pela educação quilombola é, portanto, uma luta pela dignidade, autonomia e reconhecimento das populações negras no Brasil. O caminho é longo, mas as experiências compartilhadas e as vozes das comunidades quilombolas apontam para um futuro em que a educação seja uma ferramenta de resistência e transformação. A promoção de políticas públicas que garantam o direito à educação e ao reconhecimento das especificidades culturais das comunidades quilombolas é essencial para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

Além disso, a reflexão sobre a educação quilombola deve se expandir para incluir um diálogo mais amplo sobre as desigualdades raciais e sociais que persistem em nossa sociedade. O racismo estrutural, que se manifesta em diversas esferas, incluindo a educação, requer uma abordagem sistêmica e integrada para ser efetivamente confrontado. A formação de profissionais comprometidos com a descolonização do saber e com práticas pedagógicas antirracistas é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, por isso é urgente que os cursos de Licenciatura revisem seus currículos e incluam pedagogias e abordagens antirracistas como a educação quilombola.

A continuidade da pesquisa e do debate sobre a educação quilombola é vital para mostrar à academia a necessidade de mudança de paradigmas e currículos que moldam os profissionais da educação no país. As vozes das comunidades quilombolas e suas experiências de luta e resistência devem ser amplamente divulgadas, contribuindo para um futuro em que todas as crianças, independentemente de sua origem, possam ter acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas identidades.

Em suma, a Educação Escolar Quilombola não deve ser vista apenas como uma questão acadêmica, mas como um elemento central na luta pela justiça social e pela valorização das culturas afro-brasileiras. A promoção da educação quilombola é, portanto, um ato de resistência que deve ser reconhecido e promovido pela formação de novos profissionais e toda a sociedade. O fortalecimento das comunidades quilombolas e a valorização de sua cultura e identidade são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam ter acesso a uma educação que respeite suas particularidades e contribua para seu pleno desenvolvimento.

Ao longo deste trabalho, pude refletir profundamente sobre minha trajetória enquanto estudante negra e periférica no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. O sentimento de invisibilidade que experimentei dentro da academia, com currículos que não dialogam com a realidade da população negra, se intensificou durante os cinco anos de formação. A pesquisa sobre a Educação Escolar Quilombola, que traz à tona práticas pedagógicas antirracistas, representou para mim uma descoberta de resistência e emancipação que fui capaz de vivenciar no cotidiano da escola quilombola. Isso me permitiu entender a importância de uma educação que não só respeite, mas que também celebre a identidade e as tradições da comunidade negra, ao contrário de um sistema que historicamente nos marginaliza e exclui.

Ao olhar para a minha vivência dentro do curso de Pedagogia, percebo que a ausência de uma abordagem antirracista e de Educação Escolar Quilombola reflete uma falha estrutural na formação de futuros educadores. Para mim, como aluna negra e de origem periférica, isso reforçou a sensação de que a academia ainda está distante das realidades das comunidades que, como a minha, vivem um processo histórico de exclusão. O estudo das práticas pedagógicas desenvolvidas no Colégio Diogo Ramos me mostrou que a educação pode ser um espaço de resistência e transformação, onde a identidade negra é valorizada, respeitada e promovida, diferente da educação tradicional que tenta apagar as raízes afro-brasileiras.

Este trabalho não é apenas um exercício acadêmico, mas também uma forma de ação política e pessoal. Ao mergulhar na Educação Escolar Quilombola, encontrei um campo de resistência onde as narrativas de luta, ancestralidade e identidade afro-brasileira são lembradas e perpetuadas. Como mulher negra, oriunda de uma comunidade periférica, encontrei no movimento quilombola um reflexo das minhas próprias vivências e desafios, uma demonstração de que a luta pela preservação de

nossa cultura e pela reparação histórica é um compromisso diário. O contato com as pedagogas quilombolas e as práticas pedagógicas da escola Diogo Ramos reafirmaram a importância de uma educação que, mais do que incluir, desafie as estruturas racistas e coloniais que ainda dominam nossas instituições.

Por fim, este trabalho representa um marco importante em minha jornada de formação. Ele não só ampliou minha compreensão sobre as falhas estruturais da universidade, mas também me conectou com um movimento educacional que está em constante luta por justiça social. A experiência de trabalhar com a Educação Escolar Quilombola me fortaleceu e me inspirou a continuar defendendo um currículo de Pedagogia que seja verdadeiramente inclusivo, que promova a descolonização do saber e que enfrente, de maneira prática e efetiva, as desigualdades raciais presentes em nossa sociedade. Acredito que, ao promovermos uma educação antirracista, conseguiremos contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a história e a cultura da população negra não sejam apenas reconhecida, mas vivenciada e celebrada no dia a dia das escolas.

6. Referências

FREITAS JÚNIOR, Benedito Florindo de. **Escola quilombola e escola do campo: a luta por uma educação decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

PEREIRA, Carla Fernanda Galvão. **Infâncias quilombolas: construindo e reterritorializando o território político e educativo – Quilombo João Surá**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

REIS, Diego dos Santos. **A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/V4NXjqDTzVTkVLRXQyDfdyQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

ROSA, Sanciaray Yarha Silva da. **A luta das mulheres quilombolas no Vale do Ribeira e os processos educacionais em seus territórios**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SILVA, Fabiane Moreira da. **Escolas para quilombolas: identidade, territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

CARDOSO, Lourenço C. **A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim..** EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE) , v. 47, p. 1-24, 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos. in: **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002(b).

GOMES, Nilma Lino. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. REVISTA DE FILOSOFIA: AURORA (PUCPR. IMPRESSO) , v. 33, p. 435-454, 2021.

REIS, Diego Dos Santos. **A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade**. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e240967, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Tensão regulação-emancipação, produção de conhecimentos e saberes.** in: **O Movimento Negro educador : saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. ISBN 978-35-326-6148-7 - Edição digital

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículos sem Fronteiras, Braga, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas.** Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.